CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA HELENA DE GOIÁS COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - CLJR

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 126/2025

AUTORIA: Maria Aparecida Alves de Almeida

EMENTA: INSTITUI O PROGRAMA "VEREADORES DO FUTURO" NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA DE GOIÁS, VISANDO Á FORMAÇÃO POLÍTICA DE

JOVENS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 126/2025, de autoria do Vereadora Maria Ap. Alves de Almeida, institui o programa "VEREADORES DO FUTURO" no âmbito do município de Santa Helena de Goiás, com o objetivo de promover a formação política de jovens estudantes do ensino fundamental e médio. A proposta prevê a realização de simulações legislativas, oficinas, visitas institucionais, participação em sessões e debates com autoridades, além da possibilidade de elaboração de proposições legislativas pelos estudantes. A proposta busca promover a conscientização e o envolvimento dos jovens nos processos legislativos e na vida pública municipal, por meio da simulação de atividades parlamentares, sessões legislativas simuladas, debates e formação política, desenvolvendo assim o senso crítico e a responsabilidade social dos futuros cidadãos. A proposição não gera despesas diretas ou obrigações financeiras imediatas, limitando-se à organização em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, sem impacto orçamentário imediato.

ANÁLISE DO RELATÓRIO

O projeto apresenta estrutura bem delineada, linguagem clara e justificativas fundamentadas na legislação nacional e nas políticas públicas de educação e participação cidadã. A iniciativa respeita os princípios constitucionais aplicáveis e está dentro da competência do município, não apresentando vícios formais ou materiais. A ausência de impacto financeiro imediato e a previsão de eventual previsão orçamentária futura asseguram a viabilidade financeira da proposição. Recomenda-se a tramitação do projeto nas Comissões de Legislação, Justiça e Redação; Finanças e Orçamento; e Educação, Cultura, Turismo, Esportes, Saúde, Direitos Humanos e Cidadania.

Assim sendo, esta relatoria opina favorável á aprovação do Projeto de Lei nº 126/2025 É o relatório, salvo melhor juízo dos nobres membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

Encaminho-o a Vossas Excelências e me coloco à disposição para eventuais esclarecimentos.

VOTO DO RELATOR FAVORÁVEL

Sala da Relatoria da CLJR, 25 de junho de 2025.

Vereador Guilherme Henrique Guedes Relator da CLJR

CONCLUSÃO DO PARECER JURÍDICO:

Diante do exposto, opina-se pela viabilidade jurídica do Projeto de Lei Ordinária nº 126/2025, OPINANDO pela CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E PELA REGULAR

TRAMITAÇÃO, não havendo óbices quanto à sua constitucionalidade, legalidade ou técnica legislativa. Se tratando de proposição legítima, de relevante interesse público, adequada à competência municipal e formalmente válida, estando a proposição habilitada para encaminhamento às Comissões Permanentes pertinentes. Dr. Luiz Gustavo Frasneli.

ASSESSORIA JURÍDICA.

PARECER FINAL DA CLJR

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação, após análise técnica, relatorial e jurídica, manifesta-se FAVORAVELMENTE à tramitação e aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 126/2025, por tratar-se de matéria de competência municipal, com impacto social positivo e conformidade legal.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2025.

Vereador Silvio Marques de Araújo Presidente da CLJR

Vereador Guilherme Henrique Guedes Relator

Vereador Jânio Bertoldo Branquinho Membro